



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
REFERÊNCIA – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**

CONCORDIA DO PARÁ (PA), 26 DE MARÇO DE 2018

Sumário:

- 1 - Da Introdução;
- 2 – Da Abordagem do Relatório;
- 3 – Dos Controles Verificados;
- 3.1 – Do Orçamento;
- 3.2 – Da despesa fixada para o Exercício
- 3.3 – Da Receita Efetivamente Arrecadada;
- 3.4 – Da Análise da Receita anual em Relação a Prevista na LDO para 2107;
- 3.5 – Dos Créditos Orçamentários, Movimentação Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Governo:
 - 3.5.1 – Da despesa Orçamentária e Seus Créditos Suplementares e Especiais Autorizados;
 - 3.5.2 – Da Reserva de Contingência;
 - 3.5.3 – Da Despesa Efetivamente Empenhada Por Categoria Econômica do Exercício;
 - 3.5.4 – Da Receita Arrecadadas Confrontada Com a Despesa Realizada no Exercício;
 - 3.5.5 – Do Comparativo da Despesa Empenhada, Liquidada, paga e a pagar com a Receita Arrecadada;
 - 3.5.6 – Do Resultado Primário do Exercício;
 - 3.5.7 – Do Resultado Nominal do Exercício;
 - 3.5.8 – Das Informações Quanto à destinação dos Recursos da Alienação de Ativos;
 - 3.5.9 – Da Avaliação sobre as Providências por Parte da Gestão Diante de Danos ao Erário;
 - 3.5.10 - Da Execução Financeira do Exercício;
 - 3.5.11 – Do Detalhamento dos Restos a Pagar;
 - 3.5.12 – Do Passivo Circulante;
 - 3.5.13 – Do Passivo não Circulante;
 - 3.5.14 – Do Resultado do Exercício;
 - 3.5.15 – Do Balanço Patrimonial do Exercício;
- 4 – Do Controle Financeiro – Rotina dos Pagamentos;
- 5 – Dos Créditos – Dívida Ativa de Impostos do Governo;
- 6 – Dos Adiantamentos /Suprimento de Fundos;
- 7 – Da Aplicação em Saúde;
- 8 – Da Aplicação em Educação;
- 9 – Da Arrecadação e Aplicação dos Recursos do FUNDEB;
- 10 – Dos gastos com Pessoal do Poder legislativo e Executivo;

- 11 – Das Licitações, Contratos e Termos aditivos;
- 12 – Da Comissão de Licitação e Equipe de Pregoeiro;
- 13 – Da Relação de Obras Executadas Durante o Exercício;
- 14 – Da Transferência da Quota Constitucional a Câmara Municipal;
- 15 – Da Relação da Frota de Veículos e Máquinas;
- 16 – Do Imobilizado (Bens de Natureza Permanente);
- 17 – Das Recomendações da Controladoria Interna do Poder Executivo;
- 18 – Da Conclusão.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO COMPETÊNCIA EXERCÍCIO DE DE 2018

1. DA INTRODUÇÃO

Em atendimento a Legislação vigente, em especial a legislação que rege o Controle Interno do Município, artigos 75 a 82 da Lei 4.320/64, Decreto Lei nº 200/67, artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município de CONCORDIA DO PARÁ e Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (LC nº 084/2012) e demais legislações correlatas, apresentamos o Relatório do exercício de 2018 do Controle Interno, elaborado com observação aos Relatórios Setorizados recebidos por esse órgão de Controle Interno da Administração Pública Municipal, o qual encaminhou ao Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Este Relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade, informações adicionais de forma simplificada da Ação Governamental programadas para o exercício de 2018, a partir da execução do orçamento e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.

Assim, ao mesmo tempo em que demonstra as ações do governo em termos físico- financeiros, pode se constituir num instrumento auxiliar em nível gerencial a fim de conduzir a gestão Pública Municipal, tornando-a, essencialmente, voltada para o atendimento dos interesses coletivos.

Esta controladoria para melhor subsidiar seus trabalhos de análise, urgiu encaminhar expediente ao secretário Municipal de Administração e finanças do Município expediente (Memorando nº 001/2018) em anexo, solicitando relatórios e informações necessárias a conclusão deste relatório.

2. DA ABORDAGEM DO RELATÓRIO

O presente relatório, consiste no controle da execução orçamentária, patrimonial, financeira e operacional e outros necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus mais diversos níveis.

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente, com suporte documental analítico de posse deste setor de Controle Interno, que terão os seguintes objetivos:

- 1 - Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
- 2 - Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rapidamente possível;
- 3 - Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- 4 - Salvar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

3. DOS Controles Verificados

3.1 DO Orçamento

Para o exercício financeiro de 2018 a Receita foi estimada e a despesa fixada, pela Lei Municipal nº 866/2017, no valor de **R\$ 107.156.345,00 (Cento e sete milhões, cento e cinquenta e seis mil e trezentos e quarenta e cinco reais)**, assim compostas por categoria econômica:

Receitas Correntes: R\$ 82.586.345,00 (Oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e trezentos e quarenta e cinco reais);

Receitas de Capital: R\$ 24.570.000,00 (Vinte e quatro milhões e quinhentos e setenta mil reais);

3.2 Da Despesa Fixada para o exercício:

A despesa fixada para o exercício no mesmo valor da receita, sendo que por categoria econômica ficou assim composta:

Despesas Correntes: R\$ 74.715.206,00 (Setenta e quatro milhões, setecentos e quinze mil e duzentos e seis reais);

Despesas Capitais: R\$ 9.459.737,00 (Nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e setecentos e trinta e sete reais), a Reserva de Contingência na ordem de R\$ 91.000,00 (Noventa e um mil reais).

3.3 Da Receita Efetivamente Arrecadada

A Receita Orçamentária por Categoria Econômica do **2018** está assim representada:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	EXERCÍCIO DE 2018	% DE ARRECADAÇÃO
Receita Correntes	76.023.078,71	96,66
Receitas Tributárias	2.618.259,60	3,33
Rec. de Contribuições	659.273,61	0,84
Rec. Patrimonial	152.021,25	0,19
Receitas de Serviços	664,00	0,00
Transf. Correntes	72.592.854,03	92,30
Outras Rec. Correntes	6,22	0,00
Receita de Capital	2.624.595,57	3,34
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	78.647.674,28	100,00
<i>FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>		

3.4 Da Análise da Receita Anual em relação à prevista na LDO de 2018

Período	Prevista na LDO (R\$)	Realizada no Exercício (R\$)	Diferença (R\$)
2018	81.102.096,37	90.539.156,62	9.437.060,25
<i>FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>			

A Receita total prevista na LDO (Lei nº 852/2017) para 2018 a preços correntes foi de **R\$ 81.102.096,37 (Oitotenta e um milhões, cento e dois mil, noventa e seis reais e trinta e sete centavos)** no período em questão foram efetivamente arrecadadas apenas a **R\$ 90.539.156,62 (Noventa milhões, quinhentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e sessente dois centavos)**, logo se constata uma frustração de receita da ordem de **R\$ 9.437.060,25 (Nove Milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, sessenta reais e vinte e cinco centavos)**, a referida frustração de receita em relação à previsão constante da LDO, deve-se à frustração na arrecadação de verbas de convênios previstos na própria LDO, bem como por conta da crise econômica que estamos atravessando que provocou a redução dos repasses de receita do exercício em referência.

3.5 – Dos Créditos Orçamentários, Movimentação Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Governo.

3.5.1 Da despesa Orçamentária e Seus Créditos Suplementares e Especiais Autorizados

Despesa fixada na LOA	107.156.345,00
Créditos suplementares	36.823.200,00
Sub Total	143.979.545,00
Créditos anulados	36.823.200,00
Total de Créditos autorizados	107.156.345,00
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>	

Os créditos orçamentários autorizados pelo Poder Legislativo foram da ordem de **R\$ 107.156.345,00 (Cento e sete milhões, cento e cinquenta e seis mil e trezentos e quarenta e cinco reais)**, tendo em vista que foram abertos créditos suplementares da ordem de **R\$ 36.823.200,00 (Trinta e seis milhões, oitocentos e e vinte mil e duzentos reais)**, e redução no mesmo valor.

A despesa orçamentária no exercício foi da ordem de **R\$ 90.539.156,62 (Noventa milhões, quinhentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta dois centavos)**, provocando uma economia orçamentária no exercício de **R\$ 16.617.188,38 (Dezesseis milhões, seiscentos e e dezessete mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e oito centavos)**. O que nos levou a concluir que o orçamento para o exercício de 2018 foi superavaliado, no que concerne a previsão de projetos com verbas fixadas com convênios que não aconteceram em virtude da inadimplência do Município.

A abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações orçamentárias se deu em conformidade com a prescrição legal, respeitado o limite autorizado na LOA (Lei nº 866/2017), correspondendo a **3,36%**, do total do orçamento, portanto, abaixo do limite máximo autorizado pelo poder Legislativo pela Lei orçamentária, que foi de **60%**.

3.5.2 Da Reserva de Contingência

Não ocorreu no Município de CONCORDIA DO PARÁ nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente em 2018, portanto a reserva de contingência no valor de **R\$ 2.800.000,00 (Dois milhões e oitocentos mil reais)** foi utilizada como fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais das dotações vinculadas ao pagamento da dívida pública, permitido por lei.

3.5.3 Da Despesa Efetivamente Epenhada Por Categori Econômica

A despesa efetivamente realizada por categoria econômica ficou assim demonstrada:

ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS	EXERCÍCIO DE 2017	% DE REALIZAÇÃO
Despesas Correntes	86.257.873,18	95,27
Pessoal e Encargos Sociais	59.133.395,88	65,31
Outras despesas correntes	27.124.477,30	29,96
Despesa de Capital	4.281.283,44	4,73
Investimentos	3.060.257,36	3,38
Inversões Financeiras	-	-
Amortização da Dívida	1.221.026,08	1,35
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	90.539.156,62	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.5.4 Da Receita Arrecada Confrontada Com a Despesa Realizada no Exercício

Receita	Despesa	Déficit do Exercício
Arrecadada	Realizada	
78.647.674,28	90.539.156,62	(11.891.482,34)
Receita Confrontada com despesas Liquidadas Que Gera Obrigação Pagamento		
78.647.674,28	89.252.098,70	(10.604.424,42)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Então analisando os dados acima, se verifica que o governo realizou despesas bem acima do montante arrecadado, considerando o total de despesas liquidadas que gera para o governo a obrigação de pagamento.

3.5.5 Do Comparativo da Despesa Empenhada, Liquidada, paga e a pagar com a Receita Arrecadada.

Receita	Despesa	Despesa	Despesa	Despesa a	Despesa
Arrecadada	Empenhada	Liquidada	Paga	Liquidar	Liquidada a Pagar
78.647.674,2	90.539.156,6	89.252.098,7	75.852.379,2	1.287.057,92	13.399.719,42

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Como se observa no quadro acima o total de despesa empenhada foi de **R\$ 90.539.156,62 (Noventa milhões, quinhentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos)**. As despesas liquidadas atingiu no exercício a monta de **R\$ 89.252.098,70 (Oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, noventa e oito reais e setenta centavos)**, ficou o montante de **R\$ 13.399.719,42 (Treze milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos)** a pagar das despesas liquidadas, bem como a liquidar o valor de **R\$ 1.287.057,92 (Um milhão, duzentos e vinte e oito mil, cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos)**

Diante dos fatos, verifica-se que a gestão não conseguiu controlar os gastos de forma equilibrada, a diferença apontada é decorrente da crise financeira que o país atravessa que prejudicou o planejamento das contas e, desta forma o equilíbrio das contas públicas.

O planejamento governamental é de responsabilidade institucional do Poder Executivo Municipal e tem como objetivo principal controlar os programas e projetos, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com acompanhamento da execução orçamentária através da avaliação periódica por este Órgão de Controle Interno.

Quanto ao acompanhamento das metas propostas no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA verificou-se que algumas já foram executadas parcialmente em 2018, outras ainda não foram realizadas no exercício corrente, enquanto que as demais deverão ser contempladas nos exercícios subsequentes à medida que houver disponibilidade de recursos de forma gradativa.

3.5.6 Do Resultado Primário (LRF art. 53, III)

Para melhor esclarecimento segue o demonstrativo que mostra a composição dos dados resultado primário do governo Municipal:

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO		
ANEXO 6 (LRF ART. 53, III)		
Especificação	Até o Bimestre (R\$)	Até o Bimestre Anterior (R\$)
Receitas Primárias	78.523.822,85	63.867.311,26

Despesas Primárias	84.227.365,19	69.406.423,96
Resultado Primário	(5.703.542,34)	(5.539.112,70)
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>		

O resultado primário fixado na LDO para o exercício de 2018 foi da ordem de **R\$ 672.987,00 (Seiscentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e sete reais)** positivo, no entanto o resultado no final do exercício foi da ordem de **R\$ (5.539.112,70) (Cinco milhões, quinhentos e trinta e nove mil, cento e doze reais e setenta centavos)** negativos, demonstrando um desequilíbrio financeiro, elevando assim a dívida pública do governo, sem garantia de pagamento.

3.5.7 Do Resultado Nominal do Exercício

O Resultado Nominal do exercício está refletido no demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - ANEXO 5 (LRF ART.53, III)			
SalDOS	Em 31/12/2017- R\$ (a)	Em SET/2018 a OUT/2018- R\$ (b)	Em NOV/2018 a DEZ/2018-R\$ (c)
Dívida Consolidada (I)	42.166.908,86	42.237.434,65	42.156.197,56
Deduções (II)	-	9.835.455,53	-
Disponibilidade de caixa	-	4.809.548,90	6.213.217,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.733.156,84	5.299.871,84	6.213.217,15
(-) Restos a pagar	9.977.691,39	490.322,94	13.784.468,96
Demais haveres financeiros	2.770.499,24	5.025.906,63	5.040.344,58
Dívida fiscal Consolidada líquida (III) = (I-II)	42.166.908,86	32.401.979,12	42.156.197,56
Passivos Reconhecidos (IV)	16.406.232,73	14.334.074,57	28.792.299,34

Dívida Fiscal Líquida (III+IV)	Fiscal (V)=	58.573.141,59	46.736.053,69	70.948.49690
			No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
Resultado nominal			24.212.443,21	12.375.355,31
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>				

Diante da situação acima relatada, verificamos que o resultado nominal do exercício é da ordem de **R\$ 12.375.355,31 (Doze milhões, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos)**, que significa dizer que o governo não possui previsão de recursos para garantir a amortização dos encargos da dívida do Município.

3.5.8 Das Informações Quanto à Destinação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

No decorrer do exercício não houve arrecadação proveniente de alienação de ativos da Prefeitura de CONCORDIA DO PARÁ.

3.5.9 Da Avaliação Sobre as Providências Adotadas pela Gestão Diante de Danos Causados ao Erário

No decorrer do exercício de 2018, no Município de CONCORDIA DO PARÁ, não houve ocorrência de danos ao patrimônio público Municipal que chegasse ao conhecimento deste Controle Interno.

3.5.10 Da execução financeira do exercício

À execução financeira consolidada do exercício de 2018 está demonstrada conforme planilha resumida abaixo:

Balanco Financeiro Anexo XIII da Lei nº 4.320/64			
RECEITAS	VALORES	DESPESAS	VALORES
Receita Orçamentária	78.647.674,78	Despesas Orçamentárias	90.539.156,62
Restos a pagar	14.686.777,34	Despesas Extras	6.624.625,24

		Orçamentárias (RP)	
Receita Extra Orçamentária	18.359.726,58	Outras Despesas Extras Orçamentárias	12.050.282,80
Interferências Financeiras Ativas	1.868.151,00	Interferências Fin. Passivas (Repasse a Câmara)	1.868.151,00
Sub Total	113.562.329,2 0	Sub Total	
Saldo do Exercício Anterior	3.733.156,84	Saldo para Exercício Seguinte	6.213.270,38
Total Geral	117.295.486,0 4	Total Geral	117.295.486,0 4
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA</i>			

3.5.11 Do Detalhamento Dos Restos a pagar:

Os restos a pagar inscritos no exercício, estão assim demonstrados:

- 1) Restos a pagar processados acumulados até 31/12/2018 é da ordem de **R\$ 1.561.917,17 (Um milhão, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e dezessete reais e dezessete centavos)** Os restos a pagar não processados acumulados até o encerramento do exercício que não geram obrigação de pagamento e, de **R\$ 13.784.468,96 (Treze milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos)**, que gera obrigação de pagamento para o governo.
- 2) As disponibilidades financeiras do poder executivo no final do exercício são da ordem de **R\$ 6.213.217,15 (Seis milhões, duzentos e treze mil, duzentos e dezessete reais e quinze centavos)**, portanto, insuficiente para arcar com o total de restos a pagar processados e acumulados do exercício financeiro de 2018.

3.5.12 Do Passivo Circulante

O total do passivo circulante, excluído os restos a pagar não processados, totalizou até o final do exercício **R\$ 28.792.299,34 (Vinte e oito milhões, setecentos e noventa e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos)**.

3.5.13 Do Passivo não Circulante

A dívida fundada interna por contrato com a previdência (RGPS) e Dívida com PASEP corrigidas até o final do exercício totalizaram **R\$ 42.156.197,56 (Quarenta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos)**.

3.5.14 Do resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial do exercício em apreço está refletido no demonstrativo abaixo:

DEMONSTARÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DE 2018 – ANEXO XV DA LEI Nº 4.320/64			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	VALORES	VARIAÇÃO PATRIMONIAIS DIMINUITIVAS	VALORES
Impostos Taxas e Contribuições de Melhorias	78.647.674,28	Pessoal, Enacrgso e outras Resultante da Execução Orçamentária	90.539.156,62
Variações Patrimoniais Aumentativas (bens)	4.061.788,44	Variações Patrimoniais Diminuitivas (cobrança da dívida)	10.140,60
Outras Variações patrimoniais Aumentativas (Incorporação de bens)	4.326.479,43	Incorporação de passivos (Atualização, Multas e Juros Moratórios)	1.210.314,78
TOTAL DAS VARIAÇÕES PAT. AUMENTATIVAS	87.035.942,15	TOTAL DAS VARIAÇÕES PAT. DIMINUITIVAS	91.759.612,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.723.669,85		
TOTAL	91.759.612,00	TOTAL	91.759.612,00
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA</i>			

O resultado patrimonial negativo acima demonstrado, é em decorrência dos da dívida previdenciária e dos passivos reconhecidos, que vem se acumulando ao longo dos anos e que hoje encontra-se negociadas junto a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria geral da fazenda Nacional – PGFN.

3.5.15 - Do Balanço Patrimonial do Exercício

O balanço patrimonial do exercício em referência está demonstrado resumidamente no demonstrativo abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2018 – ANEXO XIV DA LEI Nº 4.320/64			
ATIVO	VALORES	PASSIVO	VALORES
Total do Ativo Circulante	11.253.6668,19	Passivo Circulante	30.354.216,59
Disponível (Caixa e Equivalentes)	6.213.270,38	Obrigações Diversas a Curto Prazo	30.354.216,59
Créditos Diversos a Curto Prazo (Diversos Responsáveis)	5.040.397,81	Passivo Não Circulante	42.156.197,56
Ativo Não Circulante	8.277.725,95	Demais obrigações Diversas (Divida com RFB e PGFN)	42.156.197,56
Créditos (Dívida Ativa do Governo)	2.260.548,91		
Imobilizado (Bens Móveis e Imóveis)	6.017.177,04		
Total do Ativo	19.531.340,91	Total do passivo	72.510.414,15
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	(52.979.073,24)		
Total Ativo	72.510.414,15	Total do Passivo	72.510.414,15
FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA			

Portanto, conforme demonstrado no relatório acima o resultado patrimonial do Governo por conta do passivo bastante elevado se apresenta negativa na monta de **R\$ 52.979.073,24 (Cinquenta e dois milhões, novecentso e noventa e nove mil, setenta e tres reais e vinte equator centavos)** em razão da dívida reconhecida constituída ao longo da existência do Município, em especial com a Receita Federal do Brasil e A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, fato antes já mencionado.

Diante dos fatos, o Governo Municipal deve dar uma atenção especial, no sentido de realizar planejamento permenorizado para promover a amortização da dívida e, sem constituir novas dívidas, do contrário o Município estará passivo de adentrar em “estado de insolvência geral”.

4. Do Controle Financeiro - Rotina dos pagamentos do governo:

- Os pagamentos são feitos exclusivamente, em cheques e/ou transferência eletrônica;
- Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica, previamente estabelecida;
- Os cheques são emitidos com cópias e nominativos;
- Os pagamentos por meio eletrônico são devidamente comprovados;
- Antes de efetuar o empenho é conferida para liquidação e autorização;
- Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados Como Transferências a Unidades Gestoras Externas;
- Os documentos da despesa são arquivados separadamente, por movimento em conta corrente e movimentação financeira, bem como por unidade orçamentária do governo.

5. Dos Créditos (Dívida Ativa de Impostos do Governo)

Quanto à Dívida Ativa, apresentamos a situação no quadro a seguir com valores nominais:

QUADRIMESTRES	SALDO DE 2017 - R\$ (a)	VALOR LANÇADO/INSCRITO NO ULTIMO BIMESTRE DE 2018 - R\$ (b)	VALOR RECEBIDO OU CANCELADO (c)	SALDO DA DÍVIDA ATIVA EM 2018 - R\$ (d) = (a+b-c)
Saldo em 31/12/2016	2.252.161,86	18.527,65	10.140,60	2.260.548,91
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>				

O saldo da Dívida Ativa do **Exercício Anterior (2017)** foi de **R\$ 2.252.161,86 (Dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, cento e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos)**, foi escrito no final do exercício de 2018 o montante de **R\$ 18.527,65 (Dezoito mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, o saldo no final do exercício é da monta de **R\$ 2.260.548,91 (Dois milhões, duzentos e sessenta mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa centavos)**.

6. Dos Adiantamentos/Suprimentos de Fundos

O suprimento de fundo só é feito para servidores devidamente cadastrados. As prestações de contas são realizadas no mês subsequentes ao

adiantamento e são submetidas ao departamento financeiro para análise e aprovação, só após as contas aprovadas é que o servidor pode habilitar-se para receber novo suprimento, conforme declaração apresentada pelo secretário de administração e finanças do Município.

7. Da Aplicação em Saúde – Cumprimento do Art. 77, III do ADCT da CF/88 e LC 141/2012

O demonstrativo abaixo evidencia a aplicação dos recursos em Saúde no exercício:

RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE		
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018		
CUMPRIMENTO DO ART. 77, III DO ADCT E LC 141/2012 DA CF/88		
DESCRIÇÃO	VALOR	(%)
RECEITA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO	2.379.963,32	8,81
Receitas de Impostos	2.379.963,32	
TRANSFERENCIAS DO GOVERNO FEDERAL	17.201.895,63	63,68
F.P.M.	17.145.703,68	
LC Nº 55/2007 E 84/2014	-	
I.T.R.	4.100,19	
ICMS DESONERAÇÃO.	52.091,76	
IOF DO OURO	-	
TRANSFERENCIAS DO GOVERNO ESTADUAL	7.431.019,00	27,51
IPVA.	397.468,82	
ICMS.	6.827.103,24	
IPI-EXPORTAÇÃO.	206.446,94	
TOTAL DOS IMPOSTOS E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.012.877,95	100,00
(+) 15% DESTINADO A SAÚDE	4.051.931,69	
(+) TOTAL DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	9.836.881,78	
PROGRAMAS DE SAÚDE GOVERNO FEDERAL	7.934.462,47	
PROGRAMAS DE SAÚDE GOVERNO ESTADO CONTRA PARTIDA	339.001,12	

(+) RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	35.776,32	
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE GOVERNO FEDERAL INVESTIMENTO	861.692,00	
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE GOVERNO ESTADUAL CONVÊNIO	665.949,87	
(=) TOTAL DE RECURSOS DE RECURSOS DESTINADO A SAÚDE	13.888.813,47	
VALOR APLICADO NA FUNÇÃO SAÚDE	13.899.358,84	
<u>DESPESAS EXCLUÍDAS</u>	9.836.881,78	
(-) RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	9.836.881,78	
(=) VALOR BRUTO APLICADO NA SAÚDE	4.062.477,06	15,04
(-) RESTOS A PAGAR SEM DISPONIB. FINANCEIRA	-	
(=) VALOR APLICADO NA SAÚDE	4.062.477,06	15,04
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
RESTOS A PAGAR DE 2018	2.480.078,04	
DISPONIBILIDADE FIANCEIRA	3.336.646,57	
RESTOS A PAGAR ABAIXO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	(856.568,53)	
CONCÓRDIA DO PARÁ (PA), 31 DE DEZEMBRO DE 2018		

A Receita Base de Cálculo, do exercício de 2018 foi de **R\$ 27.012.877,95 (Vinte sete milhões, deze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)**, sendo esta para apuração do valor mínimo (15%), a ser aplicado em saúde no período avaliado, para acompanhamento e controle o valor a aplicar com forme determina o mandamento Constitucional, é da ordem de **R\$ 4.051.931,69 (Quatromilhões, cinquenta e um mil, novecentos e trinta reais e sessenta e nove centavos)**. No entanto, o governo aplicou efetivamente o montante de **R\$ 4.062.477,06 (Quatro milhões, sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e seis centavos)**, correspondendo a **15,04%**, ficando ligeiramente acima do índice mínimo legal exigido pelas disposições legais.

8. Da Aplicação em Educação - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – (Art. 212 C.F).

O demonstraivo abaixo mostra em detalhes os recursos e a aplicação dos com a manutenção e desenvolvimento do Ensino vejamos:

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018		
RECURSOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO		
CUMPRIMENTO DO ARTIGO 212 DA CF/88		
DESCRIÇÃO	VALOR	(%)
Receitas de Impostos de Competência do Município	2.379.963,32	8,06
IMPOSTOS	2.379.963,32	8,06
OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS (DIV. ATIVA)	-	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	19.706.369,65	66,76
F.P.M	17.145.703,68	
LC Nº 55/2007 E 84/2014	2.504.474,02	
I.T.R	4.100,19	
ICMS DESONERAÇÃO	52.091,76	
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	7.431.019,00	25,18
IPVA	397.468,82	
ICMS	6.827.103,24	
IPI-EXPORTAÇÃO	206.446,94	
TOTAL DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	29.517.351,97	100,00
(+) (25%) PARA EDUCAÇÃO	7.379.337,99	
(=) TOTAL DE RECURSOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	36.023.124,94	
(+)RECURSO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB	18.586,40	
(+)RECURSO DE APLICAÇÃO DO MDE	15.142,79	
(+)RECURSO DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB	31.478.767,97	
(+) PDDE	16.040,00	
(+) P.N.A.E	1.560.620,74	
(+) PNATE FNDE	597.327,38	
(+) SALÁRIO EDUCAÇÃO	962.127,04	
(+) OUTROS PROGRAMAS VINCULADOS AO ENSINO-FNDE	1.126.340,74	
(+) TRANSF.DA UNIÃO DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	
(+) TRANSF. DESTINADOS À EDUCAÇÃO (PNATE ESTADO)		

	248.171,88	
(=) TOTAL DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO	43.402.462,93	
VALOR APLICADO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO	51.494.287,48	
<u>DESPESAS EXCLUÍDAS</u>	36.236.324,41	
(-) VALOR APLICADO CULTURA	213.199,47	
(-) TOTAL DE RECURSOS DOS PROGRAMAS	36.023.124,94	
(=) TOTAL BRUTO APLICADO EM NA MAN. DO MDE	15.257.963,07	51,69
(-) DESPESAS EMPENHADAS S/ DISPONIBILIDADE FINANCEIRAS	7.093.021,61	24,03
(=) DESPESAS LÍQUIDAS APLICADAS EM EDUCAÇÃO	8.164.941,46	27,66
Restos a pagar processados FUNDEB	8.739.571,65	
Saldo financeiro	1.525.082,92	
Restosa Pagar sem disponibilidade	7.214.488,73	
Restos a pagar processados FME	177.552,05	
Saldo financeiro	299.019,17	
Restos a Pagar sem disponibilidade	(121.467,12)	
Total de Despeas Empenhadas sem disponibilidade financeira	7.093.021,61	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DEP. CONTABILIDADE		
<i>CONCÓRDIA DO PARÁ (PA), 31 de dezembro de 2018.</i>		

A Receita Base de Cálculo acumulada de 2018 é da ordem **R\$ 29.517.351,97 (Vinte e nove milhões, quinhentos e dezessete mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos)**, sendo esta base de cálculo para apuração do valor mínimo (25%) a ser aplicado em educação no exercício, para acompanhamento e controle, o valor mínimo a aplicado no período em epígrafe foi da monta de **R\$ 8.164.941,46(Oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos)**, correspondendo ao percentual de **27,66%**, um pouco a acima limite mínimo estabelecido pelo mandamento Constitucional.

9. Da Arrecadação e Aplicação dos recursos do FUNDEB

O demonstrativo dos valores recebidos e aplicados do FUNDEB está assim detalhado:

DEMONSTRATIVO DO FUNDEB		
EXERCÍCIO DE 2018		
DESCRIÇÃO	VALOR	
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	
RECEITA DO FUNDEB EM 2018	36.405.350,83	
RECEITA DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO DO FUNDEB	18.586,40	
TOTAL DE RECURSO DO FUNDEB	36.423.937,23	
VALORES PAGO NO PERÍODO	VALOR	(%)
DESpesas com Rem. do Magistério 60%	34.227.518,69	93,97
Empenhos a pagar do Mag. sem disponibilidade 60%	5.512.211,76	15,13
TOTAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO 60%	28.715.306,93	78,84
DESpesas com aplicação no MDE - 40%	12.792.471,48	35,12
Empenhos a pagar do Mag. sem disponibilidade 40%	1.702.276,98	4,67
TOTAL DE DESPESAS COM APLICAÇÃO NO MDE - 40%	11.090.194,50	30,45
SALDO PARA O PROXIMO MÊS - 60%	915.049,75	2,51
SALDO PARA O PROXIMO MÊS - 40%	610.033,16	1,67
SALDO DO FUNDEB EM 31.12.2018	1.525.082,91	4,19
RESTOS A PAGAR MAGISTÉRIO - 60%	6.427.261,51	
DISPONIBILIDADE EM BANCO EM 31.12.2018 - 60%	915.049,75	
RESTOS A PAGAR SEM DISP. FINANCEIRA - 60%	5.512.211,76	
RESTOS A PAGAR MAGISTÉRIO - 40%	2.312.310,14	
DISPONIBILIDADE EM BANCO EM 31.12.2018 - 40%	610.033,16	
RESTOS A PAGAR SEM DISP. FINANCEIRA - 40%	1.702.276,98	
<i>Concórdia do Pará (PA), 31 de dezembro de 2018.</i>		

No exercício de 2018, o fundo recebeu incluindo os rendimentos da aplicação financeira totalizou o montante de **R\$ 36.423.937,23 (Trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte três mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos)**, desta monta foi aplicados na remuneração do Magistério o valor líquido de **R\$ 28.715.306,93 (Vinte e oito milhões, setecentos e quinze mil, trezentos e seis reais e noventa e três centavos)**, correspondendo a **78,84%**. Portanto cumprindo assim com o disposto no art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (Lei do FUNDEB).

Com a manutenção e desenvolvimento da educação, foi aplicado o montante da ordem de **R\$ 11.090.194,50 (Nove milhões, noventa mil cento e cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)**, equivalente a **30,45%**, restando um saldo em conta bancária para 2018 da ordem de **R\$ 1.525.082,91 (Um milhão,**

quinhentos e vinte cinco mil, oitenta e dois reais e noventa e um centavo), todo ele comprometido com restos a pagar processados para o exercício seguinte.

Assim sendo, a Gestão cumpriu com os mandamentos legais, emanados pela legislação antes citada.

10. Dos Gastos com Pessoal do Poder Legislativo e Executivo

O demonstrativo abaixo reflete com exatidão os gastos com pessoal dos Poderes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA DO PARÁ		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL (LRF. ART.55, INCISO I, alínea 'a', ANEXO I)		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	REMUNERAÇÃO EM 12 MESES (R\$)	%
CÂMARA MUNICIPAL	839.833,54	1,28
TOTAL DA CÂMARA	839.833,54	1,28
PODER EXECUTIVO	50.423.932,49	76,78
TOTAL DO EXECUTIVO	50.423.932,49	76,78
TOTAL DE DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	51.263.766,03	78,05
RESUMO		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	65.675.875,92	% S/RCL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.263.766,03	78,05
LIMITE PRUDENCIAL 95% DO LIMITE LEGAL DE 54%	33.691.724,35	51,30
LIMITE LEGAL 54%.....	35.464.973,00	54,00
VALOR A SER AJUSTADO PARA ATINGIR O LIMITE LEGAL	15.798.793,03	24,05
<i>CONCORDIA DO PARÁ (PA), 31 DE DEZEMBRO DE 2018.</i>		

Com base na tabela acima, verifica-se que o Poder Legislativo teve gastos com despesa de pessoal de **1,28%** em relação à receita corrente líquida. No entanto o poder Executivo não teve como não extrapolar o percentual máximo legal, os gastos com pessoal atingiram o percentual de **76,78%** confrontado com a receita corrente líquida. Assim, muito acima do valor máximo legal.

11. Das Licitações, Contratos e Termos Aditivos.

O relatório das licitações realizadas e executadas, embora as enumeras solicitações deste órgão de controle, até a conclusão deste relatório, as mesmas não foram apresentadas pelo setor competente.

12. Da comissão de licitação e Equipe de Pregoeiro

Durante o período em referência foi nomeada a equipe de pregoeiro atarves de Ato próprio, contendo 2 (dois) pregoeiros e 01(um) suplente.

A comissão de Licitação foi constituída também através de Ato próprio, composta de 1 (um) Presidente e 02 (dois) membros.

Após análise dos Atos mencionados verificamos que a composição da Comissão de licitação cumpri com as exigências do (art. 51, da lei nº 8.666/93), que assenta que a composição dos colegiados devem ser compostas de no mínimo 03 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis por licitação.

13. Da Relação de Obras Executadas Durante o Exercício

Constatamos o envio de documentos que faz referência de obras executadas durante o exercício, entretanto, constatamos que os relatórios não condizem com a realidade de todas as obras realizadas durante o exercício, principalmente em virtude da existência de obras que estão executadas por etapa, principalmente aquelas que estão sendo realizadas com verbas de convênios.

Ocorre ainda que houve pagamentos diversos de serviços de construção de bens públicos, que estão sendo executados de outros mandatos, onde não se tem as informações completas, diante disso não é possível mensurar o valor total de cada obra.

Assim sendo, este órgão de controle recomenda que seja feito um acompanhamento mais acurado das obras objetivando sua avaliação correta.

14. Da Transferência da Quota Constitucional à Câmara Municipal

Foi repassado a título de transferência à Câmara Municipal durante o exercício de 2018, o montante de **R\$ 1.901.089,37 (Um milhão, novecentos e um mil oitenta e nove reais e trinta e sete centavos)**.

Constatou-se que o valor repassado, de acordo com o limite máximo definido pelo art. 29-A, I da CF/88.

15. Da Relação da Frota de Veículos e Máquinas

Até o fechamento deste relatório o setor responsável pelo setor de transporte do Município não tinha concluído o inventário completo da frota do Município, logo ficaram prejudicadas as informações.

16. Do Imobilizado (Bens de Natureza Permanente)

Conforme o setor de patrimônio, o levantamento e controle dos bens estão em fase de execução, no entanto até a conclusão deste relatório não estava concluído o inventário completo de todos os bens móveis e imóveis, ficando desta forma prejudicada as informações, não sendo possível o parecer conclusivo sobre o patrimônio do Município. Foi possível apenas a apuração dos valores correspondente a 2018, conforme planilhas abaixo discriminadas:

APURAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO DE 2017 (a)	EXERCÍCIO DE 2018 (b)	SALDO ACUMULADO 2018 (c) = (a+b)
Bens Móveis	188.602,12	943.060,53	1.131.662,65
Na Bens Imóveis	2.483.568,21	2.401.946,18	4.885.514,39
TOTAL GERAL	2.672.170,33	3.345.006,71	6.017.177,04
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>			

Conforme já explicitado, os bens não foram tombados na totalidade, então, este controle interno requereu da administração ações imediatas e efetivas para um levantamento rigoroso, composto de recadastramento de bens móveis e imóveis com avaliação, reavaliação e localização de cada bem patrimonial e seu devido tombamento. Diante disso, consideramos apenas as informações apuradas nos demonstrativos contábeis apresentados.

17. Das Recomendações da Controladoria Ineterna do poder executivo

Na condição de responsável pelo Controle Interno do Município de Concórdia do Pará, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as observações realizadas no período correspondente ao exercício financeiro de 2018, em conformidade com o previsto em Lei:

1. Destaca-se, inicialmente, que o Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.787/2005, de 29/03/2005, documento anexo.

2. O Controle Interno desenvolveu suas atividades de forma diária, sendo que todos os procedimentos adotados foram no sentido de orientação à administração sobre as

normas e maneiras corretas de realização do serviço público e posterior verificação, através de rotinas de auditoria, da forma como estavam sendo desenvolvidos os trabalhos. Em toda verificação realizada pelo Controle Interno foram emitidos relatórios e recomendações e enviadas ao Prefeito Municipal e às Unidades Administrativas. As recomendações visaram sanar possíveis irregularidades ou impropriedades administrativas detectadas, entre as enúmeras recomendações feitas destacam-se as abaixo elencadas:

Recomendação: 001/2018– Foi recomendado que fossem adotadas as providências necessárias ao adequado acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sobretudo quanto ao disposto no artigo 9º da LRF. Em especial quanto ao estoque da dívida pública do Município.

Recomendação: 002/2018– No que tange aos condicionantes legais, constatou-se que quase todos foram cumpridos excetuando-se quanto o limite máximo de gastos com pessoal. Mas é importante enfatizar, que a elevação dos gastos deve-se em função da crise econômica que ainda perdura em nosso país, que fez com que houvesse uma redução brusca da arrecadação Municipal e, que por conta da fixação do piso nacional dos professores e reajuste do salário mínimo nacional mesmo mantendo um quadro de pessoal extremamente reduzido o suficiente para funcionar a estrutura administrativa, mesmo assim não foi possível atender o limite mínimo de pessoal determinado em lei. Fato que vem ocorrendo com quase a totalidade dos municípios Brasileiros.

Recomendação: 003/2018– Dotar o setor de arrecada do Município, para alavancar a arrecadação própria do Município, bem como para processar o lançamento, cobrança e arrecadação de impostos, taxas e contribuições, para que se possa auferir com precisão os lançamentos, pagamentos, baixas e saldos a pagar para efeito de inscrição dos créditos tributários e não tributários em dívida ativa dentro do prazo legal, para posterior cobrança e execução dos créditos em favor da fazenda pública Municipal, evitando desta forma o instituto da prescrição do crédito tributário.

Recomendação: 004/2018– Concentrar esforços no sentido de concluir o inventário dos bens patrimoniais, devidamente tombados, avaliados e registrados em sistema que possa controlar de forma eficiente o patrimônio público, evitando desta forma o desvio e desvalorização do patrimônio públicos do Município.

18. CONCLUSÃO

No exercício de 2018, com base na documentação e procedimentos operacionais analisados, bem como com base nos relatórios simplificados que recebemos de cada órgão Municipal, foram feitas algumas recomendações ao Chefe do Poder Executivo que adotou e deverá ainda adotar as providências para correção de atos e procedimentos, evitando possíveis desperdícios e ilegalidades na gestão dos setores e dos recursos da Prefeitura Municipal de CONCORDIA DO PARÁ.

Destaca-se por fim, no que tange os trabalhos da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas nas unidades administrativas e recomendações feitas aos Gestores encontram-se arquivadas e disponíveis para análise dos órgãos de Controle Externo.

É o parecer e relatório.

S.m.j.

Concordia do Pará (PA), 26 de março de 2018.

ROSANGELA
ALBUQUERQUE
SIQUEIRA:4284
9616400
Rosangela Albuquerque Siqueira
Controladora Interna
Portaria nº 480-C/2018

Assinado de forma
digital por
ROSANGELA
ALBUQUERQUE
SIQUEIRA:4284961640
0